

Fundação
Grupo Boticário
de Proteção à
Natureza

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016
e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores
Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 3 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	3.233	4.950	Fornecedores nacionais	422	393
Aplicações financeiras (Nota 5)	19.611	17.628	Obrigações trabalhistas (Nota 8)	844	682
Outros créditos	<u>73</u>	<u>79</u>	Obrigações tributárias	19	20
	22.917	22.657	Adiantamentos de convênios restritos (Nota 9)	747	1.403
			Outras contas a pagar	<u>1</u>	<u>1</u>
				2.033	2.499
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 11)	36	-	Receita diferida (Nota 10)	<u>455</u>	<u>-</u>
Imobilizado (Nota 6)	7.518	7.818		455	-
Intangível (Nota 7)	<u>220</u>	<u>313</u>			
	7.774	8.131	Total do passivo	2.488	2.499
			Patrimônio líquido		
			Patrimônio social (Nota 12(a))	10.661	10.366
			Fundo patrimonial (Nota 12(b))	19.613	17.628
			(Déficit) superávit acumulado	<u>(2.071)</u>	<u>295</u>
			Total do patrimônio líquido	28.203	28.289
Total do ativo	<u>30.691</u>	<u>30.788</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>30.691</u>	<u>30.788</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Demonstrações de resultados

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receita (Nota 15)	<u>13.588</u>	<u>17.333</u>
Despesas vinculadas aos programas e administração (Nota 16)		
Ciência e informação	(5.610)	(6.260)
Áreas protegidas	(4.264)	(3.793)
Estratégias de conservação	(2.299)	(1.897)
Desenvolvimento institucional	(2.134)	(2.076)
Projetos estratégicos de conservação	(2.209)	(1.708)
Gestão da estratégia	<u>(245)</u>	<u>(1.871)</u>
	<u>(16.761)</u>	<u>(17.605)</u>
Outras receitas operacionais (Nota 17)		
Outras receitas operacionais	<u>898</u>	<u>346</u>
(Déficit) superávit antes do resultado financeiro	<u>(2.275)</u>	<u>74</u>
Resultado financeiro (Nota 19)		
Despesas financeiras	(131)	(126)
Despesas financeiras - fundo patrimonial	(482)	(395)
Receitas financeiras	335	347
Receitas financeiras - fundo patrimonial	<u>2.467</u>	<u>2.107</u>
	<u>2.189</u>	<u>1.933</u>
(Déficit) superávit do exercício	<u>(86)</u>	<u>2.007</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Fundo patrimonial	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>8.948</u>	<u>15.916</u>	<u>1.418</u>	<u>26.282</u>
Transferência para patrimônio social (Nota 12(a))	1.418	-	(1.418)	-
Superávit do exercício (Nota 12(c))	-	-	2.007	2.007
Recursos de superávit com restrição (Nota 12(c))	<u>-</u>	<u>1.712</u>	<u>(1.712)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>10.366</u>	<u>17.628</u>	<u>295</u>	<u>28.289</u>
Transferência para patrimônio social (Nota 12(a))	295	-	(295)	-
Déficit do exercício (Nota 12(c))	-	-	(86)	(86)
Recursos de superávit com restrição (Nota 12(c))	<u>-</u>	<u>1.985</u>	<u>(1.985)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>10.661</u>	<u>19.613</u>	<u>(2.071)</u>	<u>28.203</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais (Déficit) superávit do exercício	<u>(86)</u>	<u>2.007</u>
Ajustes para conciliar o resultado ao valor de caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	974	982
Custo residual do ativo imobilizado baixado	-	6
Rendimento financeiro fundo patrimonial	(1.985)	(1.712)
Redução nos ativos		
Outros créditos	<u>6</u>	<u>57</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	29	(96)
Obrigações trabalhistas	162	5
Obrigações tributárias	(1)	(12)
Outras contas a pagar	-	1
Receita diferida	<u>456</u>	<u>-</u>
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	<u>(445)</u>	<u>1.237</u>
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	<u>(616)</u>	<u>(785)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(616)</u>	<u>(785)</u>
Redução de convênios restritos (Nota 9)	<u>(656)</u>	<u>(404)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(656)</u>	<u>(404)</u>
(Diminuição) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(1.717)	48
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.950</u>	<u>4.902</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>3.233</u></u>	<u><u>4.950</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza "Fundação" é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na rua Gonçalves Dias, 225, Bairro Batel, em Curitiba, Estado do Paraná, com autonomia administrativa e financeira e com prazo de duração indeterminado.

Há mais de duas décadas a Fundação trabalha em todo o Brasil, sensibilizando a sociedade sobre os assuntos de cunho ambiental e promovendo ações pela conservação da natureza.

Os recursos financeiros para manter a estrutura da Fundação e as atividades de seus programas advêm de doações periódicas e espontâneas recebidas das empresas do Grupo Boticário, franqueados do Grupo Boticário e de outras organizações que compartilham da sua missão.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Fundação em 3 de março de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Não há outros resultados abrangentes e, portanto, não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente

b. Moedas funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício do julgamento por parte da Administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

A Fundação possui aplicações financeiras livres de restrição e com restrição de uso, estas quais estão devidamente descritas nas notas 4 e 5.

b. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo histórico de aquisição, doação, formação ou construção, subtraído o valor da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de reparos e manutenção que são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos, desde que atendam aos requisitos destacados no CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os custos das principais renovações, que aumentem as vidas úteis econômicas dos bens, são incluídos no valor contábil do ativo e depreciados ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil, e são incluídos no resultado.

Os terrenos não são depreciados e também não há intenção de alienação, pois tratam de reservas naturais de interesse público e caráter perpétuo, reconhecidas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos:

	2016	2015
Edificações	43	43
Veículos	09	09
Máquinas e equipamentos	16	08
Móveis e utensílios	13	12
Instalações	12	12
Instalações em imóveis de terceiros	09	09
Equipamentos de informática	06	06

Com base em um laudo de avaliação de vidas úteis elaborado por especialistas, houve uma atualização das vidas úteis dos grupos de ativo imobilizado foram revisadas e suas alterações incorporadas ao novo contexto definido.

c. Intangível

Está representado por marcas registradas e licenças (incluindo licenças de *software*) adquiridas separadamente e que são demonstradas pelo custo histórico, subtraídas a amortização e perdas por *impairment* acumuladas.

As licenças de *software* adquiridas ou recebidas por doação, que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização e os gastos com desenvolvimento ou expansão do desempenho dos *softwares* para além das especificações originais, são acrescentados ao custo original e são amortizados juntamente com os devidos custos durante a vida útil estimada de sete anos (Nota 7).

d. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal das operações, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando o risco de perda for possível haverá apenas a divulgação.

f. Benefícios a empregados

A Fundação oferece um Plano de Benefícios aos seus empregados, incluindo a coparticipação por adesão ao plano de previdência privada, assistência médica, seguro de vida entre outros, atendendo ao artigo 10 do estatuto social da organização. As despesas relativas aos benefícios oferecidos, incluindo o plano de previdência privada, são reconhecidas no resultado quando devidas.

g. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

h. Reconhecimento da receita

As receitas com doações diversas são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. As receitas de convênios restritos, recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas com os doadores (convênios restritos), são registradas no passivo, na conta "Adiantamentos de convênios restritos", sendo a receita de doação reconhecida no resultado, na medida da efetiva realização e reconhecimento das despesas dos referidos programas. As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos recursos desses convênios são apropriadas às respectivas contas dos passivos (Adiantamentos de convênios restritos), bem como as receitas financeiras referentes ao Fundo Patrimonial, as quais são devidamente apropriadas às respectivas contas do patrimônio líquido. No caso da doação para construção do Auditório na RNSM, o valor será reconhecido como receita ao longo do período e confrontado com as despesas que pretende compensar, em base sistemática.

i. Isenções tributárias

A Fundação, por ser constituída e desenvolver suas atividades como organização sem fins lucrativos, para cumprimento das finalidades para as quais foi instituída conforme seu Estatuto Social, possui isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e do recolhimento da Contribuição Social Sobre o Lucro conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

j. Trabalhos Voluntários e Gratuidades

As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro.

A receita de trabalho voluntário recebido é reconhecida pelo valor justo da prestação do serviço, na conta de outras receitas operacionais, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A contrapartida é lançada em conta de despesas vinculadas aos programas e despesas administrativas, relacionada à natureza ou projeto do trabalho voluntário.

As receitas com gratuidade são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidade são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Dinheiro em banco e caixa	16	24
Depósitos bancários de curto prazo - sem restrição	2.471	3.524
Depósitos bancários de curto prazo - com restrição	746	1.403
	<u>3.233</u>	<u>4.950</u>

5 Aplicações Financeiras

	2016	2015
Depósitos bancários de curto prazo - com restrição (i)	19.611	17.628
	<u>19.611</u>	<u>17.628</u>

(i) O saldo refere-se ao fundo patrimonial. Montante constituído por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos. A utilização do saldo está vinculada a situações extraordinárias, as quais deverão ser aprovadas por no mínimo dois terços do total de integrantes do conselho curador, conforme mencionado na nota 12.

As aplicações financeiras da Fundação são representadas principalmente por aplicações em fundos de renda fixa, remuneradas numa média de 99% a 102% da variação da CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário), com resgates conforme demanda do fluxo de caixa, buscando sempre resgatar depois de decorridos, ao menos, 30 dias.

6 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações e instalações em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática e outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Em 1º de janeiro de 2015	2.338	2.798	566	1.030	506	2.767	558	-	10.563
Adições	-	8	320	95	65	-	30	267	785
Baixas	-	-	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Transferências	-	161	-	106	-	-	-	(267)	-
Em 31 de dezembro de 2015	<u>2.338</u>	<u>2.967</u>	<u>850</u>	<u>1.231</u>	<u>571</u>	<u>2.767</u>	<u>588</u>		<u>11.312</u>
Depreciação acumulada									
Em 1º de janeiro de 2015		(569)	(213)	(300)	(261)	(981)	(320)	-	(2.645)
Depreciação anual		(127)	(133)	(135)	(72)	(342)	(70)	-	(879)
Depreciação acumulada de ativos baixados			30	-	-	-	-	-	30
Em 31 de dezembro de 2015		<u>(697)</u>	<u>(316)</u>	<u>(435)</u>	<u>(332)</u>	<u>(1.323)</u>	<u>(391)</u>		<u>(3.494)</u>
Valor contábil									
Em 1º de janeiro de 2015	<u>2.338</u>	<u>2.229</u>	<u>353</u>	<u>730</u>	<u>246</u>	<u>1.786</u>	<u>237</u>	<u>-</u>	<u>7.919</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>2.338</u>	<u>2.271</u>	<u>534</u>	<u>797</u>	<u>239</u>	<u>1.444</u>	<u>198</u>		<u>7.818</u>
Custo									
Em 1º de janeiro de 2016	2.338	2.967	850	1.231	571	2.767	588	-	11.312
Adições				43	7	78	14	474	616
Baixas			(140)	(13)	(69)	(1)	(20) #	-	(242)
Transferências		6	117	(117)		2	-	(8)	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>2.338</u>	<u>2.973</u>	<u>827</u>	<u>1.144</u>	<u>509</u>	<u>2.846</u>	<u>582</u>	<u>466</u>	<u>11.685</u>
Depreciação acumulada									
Em 1º de janeiro de 2016	-	(697)	(316)	(435)	(332)	(1.323)	(391)	-	(3.494)
Depreciação anual	-	(144)	(164)	(127)	(44)	(343)	(60)	-	(882)
Depreciação acumulada de ativos baixados	-	-	106	12	69	1	21	-	209
Transferências	-	-	(37)	37	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>(841)</u>	<u>(411)</u>	<u>(513)</u>	<u>(308)</u>	<u>(1.664)</u>	<u>(430)</u>		<u>(4.167)</u>
Valor contábil									
Em 1º de janeiro de 2016	<u>2.338</u>	<u>2.270</u>	<u>534</u>	<u>796</u>	<u>239</u>	<u>1.444</u>	<u>197</u>	<u>-</u>	<u>7.818</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>2.338</u>	<u>2.132</u>	<u>416</u>	<u>631</u>	<u>201</u>	<u>1.182</u>	<u>152</u>	<u>466</u>	<u>7.518</u>

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído o *impairment*. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

7 Intangível

	Marcas e patentes	Software e sistemas	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2015	14	560	574
Adições			
Em 31 de dezembro de 2015	14	560	574
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2015	(8)	(151)	(159)
Amortização anual			
Em 31 de dezembro de 2015	(10)	(251)	(261)
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2015	6	409	415
Em 31 de dezembro de 2015	4	309	313
Custo			
Em 1º de janeiro de 2016	14	560	574
Adições			
Baixas		(3)	(3)
Em 31 de dezembro de 2016	14	557	571
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2016	(10)	(251)	(261)
Amortização anual			
Baixas	(1)	(91)	(92)
Em 31 de dezembro de 2016	(11)	(340)	(351)
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2016	4	309	313
Em 31 de dezembro de 2016	3	217	220

8 Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Provisão para férias e encargos	597	488
INSS - Instituto Nacional de Serviço Social	114	87
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	93	75
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	40	33
	844	682

9 Adiantamentos de convênios restritos

Referem-se a valores recebidos com base em convênios de parceria, com destinações específicas, vinculadas à realização de atividades acordadas com a Fundação e consentâneas ao seu objeto social, assim como os rendimentos e as despesas de aplicações financeiras decorrentes da aplicação destes recursos. Os referidos valores foram reconhecidos como adiantamentos no passivo circulante, por estarem sujeitos à devolução até que o objeto do convênio seja efetivamente cumprido.

Os adiantamentos de convênios recebidos tiveram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	2015	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Gastos nos projetos	2016
Environmental Law Institute	10			(10)	
Auditório - RNSM (i)	554	67	(13)	(454)	154
Oásis Brumadinho (ii)	839	110	(22)	(334)	593
	<u>1.403</u>	<u>177</u>	<u>(35)</u>	<u>(798)</u>	<u>747</u>

Os saldos dos convênios restritos são realizados conforme cronograma estabelecido em seus convênios de parceria.

- (i) Em 2015 foi aprovada a construção de um auditório na Reserva Natural Salto Morato em substituição ao Centro de Capacitação - RNST. A licença ambiental para construção do auditório foi emitida pelo ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia em regime especial vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, em 12/11/2015, sendo que a inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2017. O auditório terá 271,83 m2 de área construída com a capacidade de acolhimento de 40 pessoas e finalidade para capacitações, palestras expositivas, treinamentos e recepção de universidades e pesquisadores.
- (ii) Oásis é uma iniciativa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) lançada em 2006 pela Fundação Grupo Boticário. A partir do estabelecimento de um termo de cooperação técnica com o Ministério Público de Minas Gerais e Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), implantamos o Oásis Serra da Moeda - Brumadinho em Minas Gerais, em 2012. A iniciativa, que surgiu a partir da necessidade de estabelecer mecanismos de conservação da biodiversidade na região da Serra da Moeda, tem como foco a conservação de áreas naturais e seus consequentes benefícios à disponibilidade e à qualidade de água na região.

10 Receitas diferidas

Refere-se à doação para construção do Auditório na RNSM. Pelo fato de o auditório ainda estar em construção, o valor já utilizado do convênio é reconhecido como Receita Diferida e será reconhecido como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática.

Assim sendo, o valor de R\$ 456 (origem de convênio restrito Auditório RNSM) será apropriado ao resultado, após concluído o imóvel e em operação, proporcionalmente ao valor depreciado.

11 Provisão para contingências

A Fundação tem ações de natureza tributária no montante de R\$ 575 (R\$ 507 em 2015) envolvendo riscos de perda classificados por nossos consultores jurídicos como possíveis e, portanto, não provisionadas contabilmente, sendo uma delas objeto de um depósito judicial no valor de R\$ 36.

12 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O Patrimônio social é constituído por valores e ativos próprios relativos às doações / dotações especiais necessárias à constituição da Fundação, em conformidade com a Resolução do CFC nº 877/00 que aprovou a NBC T 10.19, revogada após a emissão da resolução 1.409/12 que aprova a ITG 2002 e suas alterações.

Através da deliberação de aprovação das Contas da Fundação em Reunião do Conselho Curador realizada em 2016, foi efetivada a transferência do superávit acumulado em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 295 (R\$ 1.418 em 2015) para a conta de patrimônio social.

b. Fundo patrimonial

Foi constituído em 2007 e se destina a assegurar a autossuficiência financeira da Fundação para a perpétua realização da sua finalidade. Seu uso somente será permitido com autorização de pelo menos dois terços do total de integrantes do Conselho Curador, para enfrentar situações que sejam consideradas extraordinárias.

O saldo do fundo patrimonial em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 19.611 (R\$ 17.628 em 2015), montante formado por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos.

c. Superávit (déficit) acumulado

O superávit é integralmente destinado ao cumprimento dos objetivos estatutários da Fundação. O déficit é absorvido pelo patrimônio social.

Conforme previsto no parágrafo 15 da ITG 2002(R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, os rendimentos financeiros do fundo patrimonial apurados no exercício de 2016, no montante de R\$ 1.983 (R\$ 1.712 em 2015) e que compõe o superávit do exercício, foram destinados para a rubrica "Fundo Patrimonial", dado que estes recursos têm aplicação específica prevista no Estatuto Social e Regulamento do Fundo Patrimonial.

13 Compromissos - investimentos em projetos

Os valores a seguir referem-se aos saldos compromissados para apoio a projetos de Ciência e Informação, aprovados em Reunião do Conselho Curador da Fundação. Semestralmente é aprovada uma relação de projetos com seus respectivos valores que são contabilizados em contas de ativo e passivo compensados e, de acordo com a liberação das parcelas, estes são baixados apropriando as despesas às respectivas contas de projetos.

Os saldos dos compromissos em aberto estão demonstrados:

Projetos	Valores dos Compromissos Assumidos	Valores pagos acumulados até		Saldos em	
		2016	2015	2016	2015
Projetos 2012	1.349	(1.349)	(1.329)	-	20
Projetos 2013	1.086	(1.084)	(1.041)	2	45
Projetos 2014	1.641	(1.521)	(1.139)	120	502
Projetos 2015	1.806	(1.333)	(264)	473	1.442
Projetos 2016	2.376	(540)	-	1.836	-
	<u>8.258</u>	<u>(5.827)</u>	<u>(3.773)</u>	<u>2.431</u>	<u>2.009</u>

14 Doações e remuneração

As principais doações recebidas pela Fundação provêm das empresas do Grupo Boticário.

a. Doações

As receitas de doações de empresas do Grupo Boticário em 2016 totalizaram R\$ 11.129 (R\$ 14.110 em 2015).

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não há remuneração para os cargos eletivos da Fundação. Os Conselheiros que prestam serviços à Fundação não recebem remuneração pela função que exercem, haja vista que atuam como voluntários, conforme mencionado na nota 18.

15 Receita

	2016	2015
Receita operacional bruta	13.589	17.347
Doações diversas - (nota 14(a))	11.129	14.110
Doações da rede de franqueados do Grupo Boticário	2.089	2.014
Doações de convênios restritos (nota 9)	344	572
Doações CBUC (i)	-	358
Receita de ingressos e serviços (i)	27	286
Doações diversas - terceiros	-	7
(-) Impostos	(1)	(14)
	<u>13.588</u>	<u>17.333</u>

- (i) O CBUC (Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação) é organizado a cada três anos e, por isso, não há valores nesta rubrica no ano de 2016. A variação na receita com ingressos dá-se, também, em função da não realização do CBUC em 2016.

16 Despesas vinculadas aos programas e administração

As despesas operacionais compreendem as despesas com manutenção, pessoal, serviços de terceiros conforme quadro abaixo:

	2016	2015
Pessoal (obrigações trabalhistas)	6.499	6.449
Projetos (i)	5.021	4.286
Depreciação, amortização e gastos gerais	2.077	2.087
Serviços de terceiros (ii)	972	2.411
Outras	2.192	2.372
	<u>16.761</u>	<u>17.605</u>

As despesas referentes a trabalhos voluntários estão abertas por tipo de atividade na Nota 18.

- (i) Refere-se aos repasses financeiros feitos pela Fundação para projetos relacionados à conservação da natureza analisados e aprovados em Reuniões do Conselho Curador.
- (ii) Refere-se às despesas inerentes à contratação de serviços de terceiros, vinculados à manutenção de bens móveis e imóveis, bem como consultorias especializadas em projetos de conservação da natureza.

17 Outras receitas operacionais, líquidas

Compreendem as receitas de gratuidades que foram originadas pelos recursos recebidos na forma de prestação de serviços e doações para custeio e recuperação de despesas com projetos. A contrapartida de tais receitas foi reconhecida na rubrica de despesas vinculadas a programas e administração:

	2016	2015
Receita de gratuidades (i)	787	251
Recuperação despesas	93	93
Outras receitas e despesas (líquidas)	18	2
	898	346

- (i) Refere-se à gratuidade de serviços recebidos de terceiros, bem como ao serviço voluntário prestado nas reservas e pelos Conselhos Fiscal e Curador, demonstrado na nota 18.

18 Trabalho voluntário

A Fundação mensurou e reconheceu, pelo valor justo, o trabalho voluntário obtido por seus conselheiros, consultores técnicos e voluntários em suas reservas e estação natureza, como estabelece a Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, e suas alterações, conforme abaixo:

	2016	2015
Conselho Curador (i)	200	56
Consultores técnicos	119	133
Voluntários em unidades à distância	17	25
Conselho Fiscal (i)	11	3
	347	217

- (i) Todo o trabalho voluntário é submetido às formalidades legais e não há, em nenhuma forma, quaisquer tipos de remuneração. As despesas com trabalho voluntário foram mensuradas e reconhecidas de acordo com sua natureza, como se devidas fossem.
- (ii) A variação deu-se pela alteração na mensuração. Em 2015, utilizou-se a metodologia de horas dispendidas *versus* valor de mercado praticado por hora, de acordo com a formação profissional de cada conselheiro. Em 2016, utilizou-se a metodologia de pagamento fixo, independente da quantidade e horas voluntariadas.

19 Resultado financeiro

	2016	2015
Sem restrições		
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações	335	347
Despesas financeiras		
IRRF sobre aplicações	(73)	(82)
Despesas bancárias	(58)	(44)
	(131)	(126)
Resultado líquido sem restrições	204	221
Fundo patrimonial (com restrições)		
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações do fundo patrimonial	2.467	2.107

	2016	2015
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e outros	(482)	(395)
Resultado líquido com restrições	1.985	1.712
Resultado financeiro líquido	2.189	1.933

20 Plano de previdência privada

A Fundação é coo patrocinadora do Boticário Prev-Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em 12 de janeiro de 1996, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os colaboradores das patrocinadoras, na modalidade de contribuição definida. No exercício foi despendido em contribuições o montante de R\$ 62 (R\$ 71 em 2015). As contribuições do patrocinador e do participante são opcionais.

21 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2016 e 2015.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita (PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%).

22 Cobertura de seguros

A Fundação possui apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do País, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguro.

Risco coberto	2016
Prédios e imobilizados	10.945
Veículos	90%FIPE
Responsabilidade civil	5.000

* * *